

A CONJUNTURA INTERNACIONAL PORTUGUESA(*)

ADRIANO MOREIRA

Prof. Catedrático da Universidade Técnica de Lisboa
Presidente da Academia Internacional da Cultura Portu-
guesa e da Sociedade de Geografia de Lisboa

1. A primeira questão de método que logo se evidencia, ao tratar deste tema, é a de encontrar um sentido operacional para a palavra — conjuntura. Tal palavra é uma daquelas que integram a constelação verbal que, no futuro, permitirá datar a nossa época. Como as expressões liberdade, igualdade, cidadão, virtude cívica, revolução, laicismo, formaram, com outras menores, a constelação que data a revolução burguesa. De tão repetida, porém, a palavra conjuntura perdeu em rigor de sentido, e não é sempre fácil entender o campo que limita. Refere-se ao instante que passa, à década que morre, ao século que decorre, à acção em curso, ao território em vista, ao mundo em geral, e assim por diante. Indispensável nos discursos políticos, arrisca-se a mais confundir do que esclarecer. Daqui resulta a necessidade de uma definição operacional, sem mais pretensões do que convencionar um sentido para a exposição. O compromisso operacional que a palavra assume, é em si mesmo negador de qualquer importância dogmática dos conceitos e rejeita a utilidade do esforço inglório de procurar esculpir definições acima do tempo e da tarefa em curso.

Na perspectiva que nos interessa, a conjuntura está ligada à acção e esta, no pendor das técnicas da gestão da coisa pública, é condicionada pela programação. A introdução deste elemento fundamental, que é a programação, na referida gestão da coisa pública, não se fez com facilidade, nem é muito antiga nos Estados capitalistas, mesmo naquilo que se refere à economia. Não há muitos anos, era fácil encontrar o nosso ensino dominado pelo repúdio da noção de

(*) Conferência proferida em 11 de Dezembro de 1973, na Sociedade de Geografia de Lisboa, em Sessão Solene de inauguração da «Semana do Ultramar».

plano, atitude que não permitiu analisar cedo o pluralismo que fica coberto pela ideia da planificação. Os factos foram mais rápidos do que o entendimento, e os Estados encontraram-se planificados antes de serem planificadores por intenção. Tal fenómeno foi particularmente visível nos Estados com responsabilidades colonizadoras, porque neles puderam ver-se as duas atitudes a desenvolverem-se em paralelo. As condições dos territórios em regime de colonização a imporem a planificação, a intervenção gestora do Estado, a previsão; os territórios metropolitanos agarrados à concepção liberal, fiados da livre iniciativa sem coordenação, esperando da autoridade a simples polícia das leis do modelo. A imposição dos factos, como se disse, introduziu o plano em toda a parte, e a realidade pôde então mostrar-se plural e demonstrar que a planificação não é conceitualmente unitária. Que ela é antes operacionalmente múltipla, isto é, imperativa, coordenadora ou indicativa. A diversidade do comportamento, nem sempre intencionalmente conduzido, confirmou os Estados na consciência da sua diversidade ideológica. Todos se encontraram a planificar, mas de maneira não uniforme, em virtude dos pressupostos ideológicos respectivos. O socialismo foi logicamente para a planificação imperativa e os liberais para a planificação indicativa. Acompanhados dos ecletismos de sempre, cobertos estes pela atitude genericamente chamada coordenadora, rica de tantos compromissos que não é possível esgotar-lhe a enumeração.

Se a planificação se tornou numa atitude geral do Estado, variando embora na forma em função dos pressupostos ideológicos e das respectivas metas a cargo do poder, a necessidade da *previsão* faz-se também sentir por igual, independentemente das atitudes ideológicas. Com recurso às mesmas técnicas, ainda que com diferentes pressentimentos e desejos. Prever é sempre antecipar o conhecimento dos factos, mas a previsão ligada à planificação é alguma coisa mais do que o profetismo ou a adivinhação. É muito diferente de uma utopia. Implica o desenho e confronto de dois ou mais modelos do futuro construídos respectivamente sem intervenção e com intervenção. É uma futurologia de alternativas. A alternativa da omissão e a alternativa da acção. E, naturalmente, alternativa da acção possível. Parece que a escolha das metas ligadas à acção possível é justamente o cerne da ideia de conjuntura: esta não compreende a previsão do futuro que exceda a responsabilidade da autoridade em exercício, porque isso pertence à futurologia como ciência. A conjuntura é uma noção ligada à *previsão do presente*. Esta é que é uma ciência de aplicação. Utiliza os dados da previsão do futuro, mas decide os limites temporais da resposta possível. *A conjuntura política abrange os desafios a que a autoridade em exercício tem de responder*, e estes são apenas os que não excedam a sua duração previsível.

A definição da conjuntura faz-se metodicamente pela enumeração. Não há outro procedimento. A comodidade dedutiva não tem qualquer oportunidade neste domínio. Não há possibilidade de, a partir de uma norma, estabelecer os coro-

lários evidentes que todos aceitam por imperativo silogístico. O método é existencial. A tábua a que se chega é empírica. Na enumeração projectam-se necessariamente as experiências e as concepções dos observadores. Mas para obviar aos erros que possam resultar, que necessariamente resultam de tal circunstância, só existe o falível recurso do esforço de neutralidade do analista. Uma neutralidade que tem a fronteira da despersonalização como limite intransponível.

2. De acordo com a *lei da complexidade crescente da vida internacional*, que oportunamente tentámos enunciar, pensamos que a conjuntura portuguesa é dominada pelo factor internacional. Sabemos que, depois da última guerra, os centros autónomos de decisão política se multiplicaram no mundo em termos de triplicar o número existente antes do mesmo conflito. Acontece ainda que se multiplicaram, em progressão geométrica, os centros internacionais privados de decisão, que afectam seriamente a vida interna dos Estados. A este crescimento quantitativo dos centros de decisão política e dos centros de decisão privada, corresponde um aumento quantitativo e qualitativo das relações entre eles, que é função simultânea do seu número e das novas necessidades aparecidas. Tal aumento quantitativo e qualitativo das relações mede e exprime a interdependência crescente do nosso tempo. Tal interdependência crescente vem inserir, no movimento dispersivo e centrífugo da multiplicação dos centros de decisão pública e privada, uma tendência de convergência e de marcha para a unidade. O que tudo vem a ter expressão no regionalismo dos grandes espaços que enquadram os Estados para acorrer à insuficiência manifesta destes, e ainda na multiplicação dos centros internacionais e supranacionais de conselho, coordenação ou decisão. Este é o fenómeno que temos procurado exprimir com a formulação da *lei da complexidade crescente da vida internacional*: a crescente dispersão quantitativa e qualitativa dos centros autónomos de decisão, vem acompanhada de uma crescente interdependência recíproca, com expressão final e convergente na criação de órgãos internacionais e supranacionais.

Esta característica da nossa época requer uma particular atenção para dois aspectos: a mudança do facto da soberania; a degradação do velho direito ocidental em face de uma actividade política que é planetária e já não dominada pelo ocidente. Dizemos *mudança do facto da soberania* e não *mudança do conceito de soberania*, porque justamente são os factos do poder que são diferentes, ao mesmo tempo que uma das maiores dificuldades para entender essa mudança reside no apego teimoso aos conceitos, sem olhar para os factos. Basta reparar na progressiva sofisticação dos armamentos para compreender a diferença entre a mudança dos factos do poder e a mudança dos conceitos. A soberania de um Egipto ou de um Israel que se batem com armas russas e americanas, não é a mesma que era quando os Estados combatiam com armas que produziam. Daqui resulta o relativismo do que deva entender-se por *independência dos povos* para

além das palavras. Lema de uma época anticolonialista, e factor dominante da crescente multiplicidade dos centros de decisão política, que coincidência tem esta independência com aquilo que a mesma palavra exprimia na década de trinta? Quando se anuncia, ou reclama, ou prevê, a independência de um território para daqui a incerto ou certo número de anos, é raro que o anúncio dê conta de que não se pode definir o conteúdo que essa meta terá na data proclamada.

A evidente mudança do *facto da soberania* foi acompanhada pela circunstância também essencial de terem assumido a natureza de centros de decisão, com a autonomia possível, muitas populações que não aceitam o direito internacional do Ocidente. Consideram tal direito como uma imposição de agressores coloniais, em geral de etnia branca, eticamente cristãos e culturalmente ocidentais. Por tudo isso, no domínio internacional, a época é *fundamentalmente política e não jurídica*. Redefinem-se os equilíbrios de interesses, os comportamentos, e só depois as normas. Trata-se de negociar onde antes se apelava para o julgamento. Se há jurisprudência, é a dos interesses sem norma. As solidariedades estão acima e antes de qualquer normativismo. Este é o *facto*. Não chega ter direito, é necessário ter parceiros. A razão não vale a quem não for útil. É o triunfo planetário do maquiavelismo ocidental. É o repúdio planetário do personalismo ocidental. Duas correntes entre as quais o governo ocidental do mundo nunca foi capaz de optar, e que dolorosamente procurou fazer convergir. O mundo que se revolta, esse optou por uma das propostas seculares. E não pela que melhor servia os interesses estabelecidos. Antes pela que converteu a sociedade internacional numa sociedade também contestatária, instável, revisionista e polémica.

Sendo estes os factos, a relevância do *facto* internacional na conjuntura portuguesa processa-se em termos de modo algum correspondentes ao da grande crise do século passado, com o ponto crítico na Conferência de Berlim de 1885. Então, a história e o direito aliaram-se para a sustentação dos interesses portugueses. Os eruditos tomaram um lugar importante na primeira linha de combate. Escogitaram, definiram e comprovaram os títulos nacionais em relação ao ultramar. O direito não foi tudo, mas pesou de maneira importante. Porém, na guerra de 1914-1918, os responsáveis portugueses já pressentiram que ter direito seria de menor peso do que ser parceiro. A solidariedade de interesses estaria antes do reconhecimento dos títulos jurídicos. Participar na guerra dos outros seria um requisito indispensável para salvaguardar os interesses legítimos próprios.

Os factos, num quarto de século, ultrapassaram largamente o pressentimento. O direito foi relegado para um modesto plano. Tudo com evidente demonstração no que se passa na O.N.U. em relação ao caso português. A Carta da Organização é constantemente violada, no entendimento dos que a consideram um texto jurídico. Só que não parece corresponder aos factos entendê-la ainda hoje

como um Tratado no sentido tradicional do direito ocidental. Ela tem uma origem mais americana do que europeia e, sobretudo, latina. Corresponde por isso mais à prática americana da *plataforma* do que ao conceito do Tratado. A *plataforma* é um acordo para a acção, não é uma predefinição da legalidade. Nas vésperas de cada eleição, o país é percorrido pelos candidatos das várias tendências, não para explicarem a filosofia do seu partido mas sim para assentarem nas alianças favoráveis à margem das filosofias. A *plataforma* não inclui regras jurídicas, define sim *princípios guias* para a acção a desenvolver, regras práticas para o convívio no poder. É um texto político, não é um texto jurídico. Tal parece ser também o que se passa com a Carta da O.N.U. Por isso as maiorias flutuam a respeito do mesmo problema repetidamente sujeito ao voto, ainda que o número de membros se mantenha constante. As solidariedades que se desenrolam é que mudam o voto. Os amigos mais próximos, política e geograficamente, passam do apoio à abstenção e à ausência ou voltam ao apoio. Tudo porque estão a cuidar de interesses e não da interpretação e aplicação de uma lei internacional por todos aceite e acatada. A evolução que a Assembleia revela é a de um corpo político, não é a de um tribunal. De modo que o factor internacional, dominante na conjuntura portuguesa, não oferece a garantia da cobertura pelo direito. É de solidariedades políticas que se trata e estas não existem sem interesses comuns. Por isso o número de votos interessa menos do que a medida do poder dos que votam.

3. Na busca da linha dos interesses comuns, o europeísmo avulta entre as correntes que se tornaram dominantes nos últimos e recentes anos. Deu até origem a formulações que, com fundamento ou sem ele, dividiram profundamente as opiniões: foi a alternativa entre a *concepção rectangular do país*, que seria a europeísta, e a *concepção ultramarina* que seria a herdeira da tradição. Novidade apenas a teve a primeira, e por isso essa é a que requer maior análise e reflexão. Sem esquecer que muitos dos europeístas repudiaram admitir que a sua concepção fosse oposta a uma expressão ultramarina permanente do país. Compatível ou não com a tradição ultramarina, o certo é que faltou sempre a essa corrente a definição da Europa que lhe servisse de modelo a propor e de pólo de atracção. Ou, visto do outro lado, faltou-lhe sempre a definição das Europas que repudia. Não parece uma interpretação abusiva admitir que o modelo mais em vista, ao falar-se do europeísmo necessário, é o do Mercado Comum. Ora este não representa senão uma pequena parte da região que chamamos Europa. Não compreende nem se confunde com a *Europa dos neutros*, onde se incluem pelo menos a Suécia, a Suíça e a Áustria; nem com a *Europa dos satélites*, que não precisam, para o ser, da contiguidade geográfica; nem com a *Europa dos pobres* que exporta gente para a Europa dos ricos e desta recebe salários, enquanto que a *Europa dos Ricos* exporta capitais e produtos e recebe

juros, dividendos e lucros. A este irrecusável pluralismo tem de somar-se o facto essencial de que a Europa dos Ricos, ao tomar forma, implicou o processamento da *autonomia e personalização das regiões* dentro de cada um dos países interessados. Tal processamento tem em vista a eventual definição de uma função, para cada uma dessas regiões, directamente em relação ao grande espaço económico organizado. Por isso, não há doutrina europeísta que não tenha de incluir uma discussão sobre a identificação, não apenas dos países, mas também das regiões que podem servir de testemunha para o modelo proposto. O que tudo apenas parece demonstrar que a Europa, além de não ter uma força autónoma, não tem ainda sequer sentido político, que tal sentido, por muito debilitado que se encontre, apenas o tem o Ocidente em que se integra, e que provavelmente é na linha do *ocidentalismo* que podem encontrar-se os parceiros políticos necessários. Isto significa Atlântico e quem nele domine, com as amarras que existam noutros lugares do mundo. De qualquer modo, este é um dos problemas básicos que reclamam definição e opção para o entendimento e uso do factor internacional da conjuntura, tendo sempre em vista que não há substitutivo internacional para o poder. Seja qual for a resposta, é evidente que não há violência verbal que mude os factos, que altere os interesses, que convença um governo. A quase tradição de dizer umas palavras duras na cara das grandes potências, pode servir o emocionalismo interno, mas não adianta um passo às solidariedades necessárias. O exemplo da N. A. T. O. é concludente. Durante anos, todos os países beneficiados pelo Plano Marshal e alinhados na N. A. T. O., alimentaram os brios nacionais no ataque aos E. U. A., e sintetizaram os despertados sentimentos populares no repetido convite aos americanos para que regressassem a casa. Quando a administração americana deu um primeiro sinal de aceitar o convite, a perturbação não pôde ser maior, e os apelos europeus ao sentido da responsabilidade pela defesa comum não poderiam ser mais instantes. Só desde então parece datar a compreensão de que aquilo que se impunha era redefinir e reequilibrar, com dignidade e sabedoria, os interesses recíprocos. A nova face da política atlântica em que se medita actualmente, meditação que o conflito Israelo-Árabe tornou urgentíssima.

Admitindo que vale a pena meditar sobre o *ocidentalismo*, e que este problema caracteriza a conjuntura de maneira mais incisiva e evidente do que o seu aspecto menor do europeísmo incipiente e sem força política, imediatamente avulta o problema das relações luso-brasileiras. Não vale a pena repetir aqui observações e comentários bem sabidos a respeito da importância da Comunidade. Mas tem oportunidade que se medite sobre o que se chama, entre nós, o novo estado de espírito. Faz parte dessa novidade insistir no velho projecto do Atlântico *mare nostrum* e, mais recentemente, na proclamada convicção de que viremos a ser uma superpotência, umas vezes com o Brasil, outras sem ele. De qualquer modo e sempre, a doutrinação do interesse que o Brasil tem em contar

com Portugal para a realização do sonho brasileiro. Sem analisar o bom fundamento e oportunidade desta linha de proclamações, ocorre meditar sobre se não haverá outras perspectivas que valha a pena considerar. Uma delas seria a de que há várias maneiras brasileiras de encarar o futuro do seu país, que aceitam dispensar a participação portuguesa. Isto não pode nunca ser ignorado. Por outro lado, talvez não haja hoje qualquer brasileiro que defenda para o Brasil outra posição que não seja a da liderança internacional importante. Deverá sempre acrescentar-se que os valores lusíadas exigem, para a sua preservação planetária, que o Brasil aceite uma directa responsabilidade pela respectiva defesa, na qualidade de titular de uma *herança portuguesa*. Mas deve notar-se que é uma herança que hoje está somada a outras, e não é portanto exclusiva, embora tal herança seja a matriz da sua nacionalidade, e por isso de importância primacial. De tudo parece resultar a oportunidade de estudar todos os modelos de interesses cuja liderança convenha irrecusavelmente ao Brasil por decisão brasileira, e no qual os interesses portugueses possam inscrever-se tão naturalmente que tudo o mais possa vir por acréscimo, incluindo a comum sustentação dos valores lusíadas. Não apenas os valores éticos, estéticos ou culturais. Também os valores políticos, que incluem a defesa da integridade recíproca. No caso de esta reflexão ter alguma oportunidade, ocorre lembrar, como exemplo, que o Atlântico Sul é hoje caminho de sobrevivência do Ocidente, sobretudo desde o já afastado início da crise do Médio Oriente, e que os interesses prementes do Brasil ali se projectam e desenvolvem rapidamente: é a segurança da navegação, é o problema das águas territoriais, é a questão da plataforma, é a divisão da Antártida. Interessa ao Ocidente e ao Brasil que aquela zona se organize. Nela, e afastada e recusada a presença directa americana por motivos notórios, a liderança pertence ao Brasil por ser o país melhor colocado para tentar superar os conflitos ideológicos da área. De facto, a organização não parece possível sem a África do Sul, dona do Cabo, e sem Portugal. Mas a organização do Atlântico Sul requer ainda o convencimento dos Estados negros ribeirinhos de que não é feita contra eles, é feita a favor de todos. Só o Brasil aparece como o intermediário possível, capaz de conseguir que as ideologias se subordinem à definição de uma plataforma de interesses. Tudo indica que esta liderança é destino manifesto do Brasil, se estiver à altura do desafio. Por outro lado, só Portugal está indicado para articular o Atlântico Norte com o Atlântico Sul, pertencendo a ambos os Pactos, e chamando a Espanha à cooperação, entre outras razões pela importância que a acção desta pode ter para o entendimento recíproco das repúblicas sulamericanas.

Descrevi oportunamente este designio como sendo o projecto de transformar o Atlântico Sul num *Oceano Moreno*, plataforma regional da organização do Ocidente. Tudo em coerência com a linha do ocidentalismo, que parece ser aquela em que mais idoneamente pode desenvolver-se uma política

nacional que encare o inelutável internacionalismo da conjuntura. Porque o europeísmo não tem sentido político actual fora desse quadro maior. É dentro dele que pode regionalizar-se. Um quadro em que se evidencia a inoportunidade da opção entre uma concepção rectangular do país e uma concepção atlântica. A interdependência é planetária. Estamos no mundo, sem alternativa. No Ocidente, por fatalidade e responsabilidade históricas.

4. O internacionalismo que nos afecta, diz respeito a muitos sectores da vida nacional, desde a economia às finanças, desde o comércio à emigração. Mas é particularmente agudo naquilo que se relaciona com a soberania dos territórios ultramarinos. Diz-se que a época é de descolonização, afirmando-se ao mesmo tempo uma espécie de direito internacional. A regra da autodeterminação para a independência seria uma obrigação jurídica dos signatários e aderentes à Carta da O.N.U., contrapartida do direito dos países colonizados.

Esta corrente e fácil imagem não é exacta. Em primeiro lugar a Carta não pode ser umas vezes um texto jurídico e outras vezes um texto político. Pensamos que é definitivamente um texto político. A autodeterminação, por outro lado, é também um conceito plural que cobre mais de um projecto e de uma acção políticos. Os povos autodeterminam-se para a independência, mas também se autodeterminam para a federação, para a integração noutros Estados, para a extinção de uma personalidade política. Os espaços regionais em formação, designadamente o Mercado Comum, são exemplos de autodeterminação que podem concluir na criação de novos corpos políticos. Os E. U. A. são o resultado de uma autodeterminação de várias entidades políticas para a unidade. Acresce que é típico da nossa época a existência daquilo que tenho chamado os *Estados em movimento*, isto é, Estados que não aceitam ter fronteiras físicas definitivas. Os E. U. A. e a U. R. S. S. são os exemplos maiores dessa circunstância. As 13 colónias que em Filadélfia se proclamaram independentes para vir a formar os E. U. A., multiplicaram-se para mais de meia centena e não está dito que seja um limite. O que nunca aconteceu foi que um território ou povo que interesse ao projecto americano se tenha autodeterminado para a separação. O mesmo se passa com a U. R. S. S. Em movimento para novas integrações, variando os títulos mas não variando os resultados. E sem nunca ter acontecido que qualquer dos povos ou territórios que interessam ao projecto soviético se autodeterminassem para a separação.

De modo que, até hoje, a autodeterminação consentida para a separação foi apenas a política de alguns Estados ocidentais e em resultado do meditado exame das conveniências da sua unidade nacional. Não por causa do direito ou do interesse dos outros. Foram países de alto poder financeiro, industrial e cultural. Concluíram que, para estar nesses territórios, não necessitariam do aparato da *força política*, bastando-lhes o uso das outras mencionadas faculdades em que o

poder político se desfibra: poder financeiro, poder industrial, poder cultural. Não decidiram abandonar posições, decidiram continuar mudando a maneira de estar, tudo em coerência com a prévia conclusão sobre a espécie de país que cada um deles é. Ora, a comparação dos modelos parece levar-nos à conclusão de que, em relação à posição no ultramar, só existem duas orientações sérias: a portuguesa e a britânica. Os portugueses com a sua política de igualdade e unidade, os ingleses com a sua política de desenvolvimento separado. O resto são ocasionais simbioses ideológicas de Estados que não criaram doutrina, ficaram pelo oportunismo da tradição maquiavélica. A política do desenvolvimento separado, assim como o pragmatismo sem doutrina, nunca se traduziram em condescendência para com os interesses dos outros ou para com a doutrinação alheia. Vista a importância e o carácter da internacionalização, os responsáveis tomaram as decisões que mais convinham à defesa da integridade do seu país. Isto é, começaram por ter uma definição do país, e manejaram a autodeterminação dos territórios que dominavam conforme lhes convinha para defesa da sua integridade. Sempre com um limite óbvio: o de ter um poder à medida das suas conveniências. Para além disso, fica a incapacidade, a frustração, a derrota, mas não fica nada que tenha a ver com a doutrina. Assim, a Inglaterra autodeterminou tudo, mas não a Irlanda do Norte, onde luta; a França autodeterminou tudo, mas não a Argélia onde foi derrotada; os E.U.A., a U.R.S.S. e a China não encontraram nada para autodeterminar dentro da esfera em que exercem o poder político. Na esfera política dos outros, então sim, encontraram vários territórios. Queremos dizer com isto que a internacionalização afecta os países no seu conjunto e não em uma parcela. Do que se trata é de acomodar a vida dos países ao teor da internacionalização, e não de renunciar à ideia que se tenha do país a que se pertence. Foi o que todos fizeram. É a natureza das coisas. Por isso, quem entender que a herança portuguesa da unidade compreende todos os territórios povoados, não pode aceitar que a *internacionalização* da época é o mesmo que *autodeterminação para a separação*, e que por isso a internacionalização deva ser examinada apenas em relação a um ou todos dos territórios ultramarinos. Com isto admitiria logo que a integridade nacional teria limites mais restritos, talvez simplesmente europeus. A primeira definição a fazer é a do país a que se pertence: nenhuma acção política é inteligível sem essa definição. A autodeterminação para a separação aplica-se, em todas as orientações conhecidas, em relação aos territórios e povos que não se aceitam dentro da unidade política definida. São territórios e povos que estão por acréscimo. Separados pela própria definição nacional. Quando a concepção é de unidade e de igualdade, os países podem perder territórios e povos, mas não os autodeterminam para a separação. É uma questão de poder, não é uma questão de doutrina. O problema essencial que a conjuntura suscita é portanto o de saber se, e até que ponto, a interna-

cionalização será capaz de condicionar e alterar o conceito que os portugueses têm do seu país.

Entre as variáveis políticas que poderão exercer uma influência nesse domínio contam-se, certamente, os meios estrangeiros de acção sobre a opinião pública portuguesa que excedam a capacidade de orientação das autoridades portuguesas; a emigração; a evolução do conceito do dever militar; a transformação e origem exótica dos padrões de vida e a sua incompatibilidade com a exigência da manutenção da unidade; a prolongada duração da crise; um poder inferior às exigências da defesa; a falta de uma doutrina para a conjuntura.

O problema da doutrina torna-se particularmente importante pelo facto de a conjuntura revelar factos essenciais de que não há experiência anterior. Bastará recordar que, antes da guerra de 1939-1945, tínhamos fronteiras físicas apenas com meia dúzia de soberanias e que, delas, só uma não era ocidental. Os nossos vizinhos eram a Espanha, França, Bélgica, Inglaterra, Holanda e China. Esta última não contava no panorama internacional. Actualmente, o número dos nossos vizinhos duplicou, e ocidental, no sentido de então, só o é a Espanha. Acrescentem-se os grandes espaços formais e informais a que pertencemos ou que nos afectam, e logo se verá como a lei da complexidade crescente da vida internacional afectou profundamente aquilo que em tempos chamel a *maneira portuguesa de estar no mundo. De tudo resulta que uma sólida doutrina internacional é uma exigência primária da conjuntura. O Brasil e o Atlântico são temas privilegiados dessa meditação, para quem entenda que a herança da unidade é o valor a preservar.*

5. Findou a época da estabilidade dos factores internos e internacionais que afectam a detenção e o exercício do poder. Longe ainda de um novo patamar de compromissos duradouros e da convivência estabilizada, os tempos são de mudança. Diz-se que a roda é o símbolo da conjuntura. Por isso também é instante cuidar do eixo da roda, que representa o permanente, o duradouro, o que identifica os povos. Porque o eixo acompanha a roda, mas não anda. Nele reside a fortaleza do sistema, o ponto de referência, a segurança do movimento. Traço de união de todas as mutáveis conjunturas, quando se quebra também o movimento é impossível. Por isso se tornou comum que os países, ainda quando pregadores e condutores da mudança e até da revolução, redobram de cuidado na definição de uma *doutrina da segurança nacional*. Mostram até o empenho de confiar essa doutrina à salvaguarda de instituições acima e fora da debilidade dos interesses dos grupos e dos grupos de interesses. Porque neste ponto não pode haver ambiguidade, e o património é de todos, não é de alguns, nem de nenhum profeta. A meditação sobre uma doutrina da segurança nacional é uma exigência da conjuntura para todos os povos, sobretudo porque a época é marcada pelo acomodamento entre o nacionalismo e o internacionalismo. El fazem-na,

em todas as latitudes, à margem do envolvimento nos processos políticos da luta pelo poder. Porque é de admitir, com humildade necessária, que a achega mais válida talvez venha dos homens de espírito e dos homens de ciência, e não dos que se gastam no uso e na luta pela conservação do mando. É uma tarefa a que não renuncia nenhuma comunidade que mantenha a vontade de preservar a sua identidade e uma posição no mundo.

Supomos que o problema da Comunidade luso-brasileira se transformou em um dos temas maiores de uma doutrina actual da segurança nacional num mundo que se internacionaliza. E também supomos que muitos factores e problemas tradicionalmente considerados internos, são hoje da maior relevância internacional e elementos indispensáveis a qualquer reflexão ou proposta sobre a conjuntura em geral e o caso da sonhada reconstituição de uma unidade lusitana em especial. Meditação que é direito de todos, sem precisar da condescendência de ninguém.

De facto, o velho esquema que divide os problemas em internos, internacionalmente relevantes e internacionais, continua a servir como ponto de referência, mas o conteúdo de cada um dos termos mudou consideravelmente. Houve como que um transbordamento que carregou, para além de toda a experiência anterior, a rubrica dos problemas internacionais. Tudo com expressão numa evidente desactualização dos instrumentos tradicionais do Estado para lidar com esses interesses, os quais exigem reestruturação e redefinição. Deixando este ponto menor para outro lugar, convém tornar evidente que esta desactualização é apenas um detalhe do verdadeiro acomodamento constitucional a que o país se encontra submetido. Não se trata de revisões formais das normas, coisa de somenos no conjunto geral dos problemas. Trata-se de as normas constitucionais não poderem deixar de sofrer um processo de actualização, embora se mantenham com a mesma letra, em virtude das alterações políticas que os factos determinam. Mantida a definição formal da Constituição de 1933, a realidade do sistema político, já diferente do que era há meia dúzia de anos, está em notória evolução. Tudo o que respeita à sede do poder, à congregação e articulação de interesses, à expressão das correntes ideológicas, à natureza das formações políticas consentidas ou proibidas, e assim por diante, constitui um todo funcional em que se repercute a alteração de qualquer das variáveis. Os necessários fenómenos de acomodamento não podem processar-se sem conflito de concepções, de interpretações e sobretudo de interesses. Neste complexo processo, avultam dois aspectos que interessam muito à expressão exterior das nossas conveniências e, portanto, à definição de uma doutrina da segurança nacional, na qual a política do Atlântico, o Brasil e o Ocidentalismo parecem ocupar lugar destacado. O primeiro dos aspectos diz respeito à vocação que as instituições manifestam, desde a Universidade às Corporações, para terem uma participação efectiva na formulação das decisões que interessam ao bem comum. Este facto

é promissor de uma institucionalização sadia, e o contrário da personalização que tanto destoa das respostas exigidas pelos tempos que correm. Mas, para além do que respeita às instituições próximas da autoridade, e cujo comportamento influi ou afecta directamente o aparelho político do poder, está em curso um notável processo do que podemos chamar a *autonomização da sociedade perante o Estado*. A iniciativa privada no domínio da cultura, do trabalho, do capital, tomou decisões e assume um papel, dentro e fora das fronteiras, que excede em muito os modelos tradicionais e ainda há pouco dominantes. Tal salutar movimento, contrário a todo o triunfalismo e personalismo, encaminha no sentido de considerar o aparelho político como uma estrutura entre outras, sempre com a proeminência e dignidade inerentes ao poder, mas não como a estrutura que serve de fonte única de decisões para todos. A responsabilidade originária do cidadão e das instituições que assim parece desenvolver-se, parece-nos uma trave importante da doutrina da segurança nacional. Com reflexos imediatos nas solidariedades necessárias, porque de tal iniciativa e responsabilidade originárias é de esperar grande contribuição para a investigação e definição dos interesses que são indispensáveis para o acerto das plataformas políticas. As relações luso-brasileiras documentam já os resultados excelentes de tal nova atitude. Consequência de um civismo que se pretende respeitável, fortalecido, aceite e dignificado. Porque a salvação da cidade só pode ser obra de cidadãos.

SUMMARY

PORTUGAL AND THE INTERNACIONAL CONJUNCTURE

Revising the portuguese overseas international situation, Prof. Moreira propose a new scheme for the organization of South Atlantic. This part of the world is considered fundamental for the West security and one agreement between all the sovereignties of the area is suggested. This proposal implies the definition of a common program of white and black states. For this purpose, a suggestion is made in the sense that Brasil is the country wich should take the burden of the leadership. The countries envolved would be obliged to accept that Portugal, South Africa and Brasil are the paramount powers of the area.